

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ARQUIVOLOGIA

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO O BRASIL: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, AGÊNCIAS, ATORES E PROCESSOS NO CENÁRIO POLÍTICO-INFORMACIONAL DO GOVERNO FEDERAL ENTRE 2013 E 2016

¹ Jandine Santos da Silva (PIBIC-CNPq)

¹ Professor Dr. José Maria Jardim (Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) - Observatório de Políticas Arquivísticas - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: CNPq

Palavras-chave: Acesso à informação governamental; informação governamental; Lei de Acesso à Informação.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação como direito fundamental é reconhecido por importantes órgãos da comunidade internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Somente cerca de 90 países possuem leis que regulamentam este direito. No Brasil, o acesso à informação é um requisito de garantia de direito fundamental, previsto na Constituição Federal. A Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), determinou que é dever do Estado atender a todos que buscam a informação produzida e acumulada pelos diversos níveis da administração pública. A LAI busca também, promover o controle, fiscalizar e monitorar os recursos públicos. A publicidade dos atos da administração pública, visa inibir a corrupção, aperfeiçoar a gestão pública e aumentar a participação da sociedade nas decisões coletivas. A análise inicial sobre a implementação da Lei de Acesso junto aos órgãos diretamente ligados à Presidência da República, averiguou a partir da regulamentação da LAI (o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012), como o Executivo Federal tem gerenciado a implementação da LAI, se cumpriu os requisitos estabelecidos na lei, em que situações o acesso à informação é a regra, e o sigilo, a exceção. A investigação teve seu início analisando o primeiro ano da aplicação da LAI nos órgãos do Executivo Federal. Verificou-se que, apesar dos avanços, os órgãos do Executivo Federal ainda encontram vários obstáculos para a implementação dos diversos aspectos da LAI, especialmente no que se refere à gestão arquivística.

OBJETIVO

Analisar como o Poder Executivo Federal tem implementado aos requisitos estabelecidos pela LAI e do Decreto Nº 7.724, de 16 de Maio de 2012, sobretudo no que se refere à gestão dos arquivos governamentais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou a seguinte metodologia: - coleta de dados sobre a publicação das informações classificadas/desclassificadas e política pública arquivística, observando-se a atuação a CGU (Controladoria-Geral da União) como órgão que coordena a aplicação da lei no Poder Executivo Federal - coleta de dados no e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, para analisar qualitativa e quantitativamente diversos aspectos político-gerenciais da implementação da LAI; - coleta de dados junto ao e-SIC sobre os aspectos arquivísticos e de acesso à informação nos 24 Ministérios da Presidência da República com aplicação de questionário. Numa avaliação preliminar, constatou-se que a maioria dos órgãos não desenvolveram de forma sistemática programas de gestão de documentos arquivísticos para atender as demandas decorrentes da Lei de Acesso.

RESULTADOS

Somente 37,5% dos ministérios afirmam desenvolver a gestão de documento, enquanto 58,3% afirmam adotar seguir a política arquivística, estabelecida pelo Arquivo Nacional. No entanto, a literatura demonstra que o Arquivo Nacional não definiu uma política arquivística para o Executivo Federal. Quanto a publicação do rol de informações classificadas/desclassificadas, apenas 4,2% disponibilizaram as mesmas. Os demais ministérios disseram não ter produzido informações em grau de sigilo. O tempo médio para responder nossas indagações foi 12 dias úteis.

CONCLUSÃO

Nesta investigação, foi possível verificar, ainda que de forma preliminar, que o Poder Executivo Federal, de modo geral, não possui uma cultura de gestão da informação. Como tal, a implementação da LAI, apesar dos avanços, esbarra em dificuldades no sentido de atender, de forma mais ampla, a sociedade civil. A ausência de uma política arquivística, que permita o controle, o acesso e a difusão da informação produzida e armazenada pelo poder público, torna-se um fator agravante na implementação da LAI.

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REFERÊNCIAS

- ARTIGO 19. Entendendo a Lei Geral de Acesso à Informação. Disponível em: <http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf> Acesso em: 04 abr. 2013.
- BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Decreto de 15 de setembro de 2011. Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências.. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm > . Acesso em: 08 jan. 2013.
- _____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm > . Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Acesso em: 20 mai. 2013.
- _____. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm > . Acesso em: 10 abr. 2013.
- DA MATTA, Roberto. Sumário Executivo - Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro. Disponível em: < http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/SUMARIO_FINAL.pdf > . Acesso em: 15 jan. 2012.
- INDOLFO, Ana Celeste. O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IACS –IBICT, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- JARDIM, José Maria. Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.
- JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: Eduff, 1995.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Pelotas: EDUCAT, 2004.